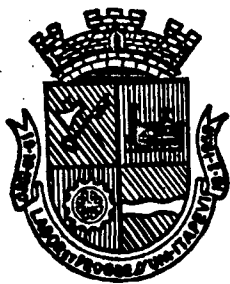


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 020/96

PROJETO N.º 019/96

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO "Cria o Conselho Municipal de Merenda

Escolar e dá outras providências."



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 15/96

Itapevi, 22 de abril de 1996

Senhor Presidente

Sirvo-me do presente para encaminhar, através de Vossa Excelência, para apreciação dos Nobres Vereadores, o incluso Projeto de Lei nº _____, que trata de criar o Conselho Municipal de Merenda Escolar e dá outras providência.

A medida contida no Projeto de Lei visa tão somente adequar a legislação municipal às disposições contidas na Lei Federal nº 8.913, de 12 de julho de 1994.

Em assim procedendo, estará apta a receber recursos da União destinados a programas de alimentação escolar em estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

Ademais, com a criação do referido Conselho, a questão da alimentação escolar poderá ser melhor administrada, posto que composto por pessoas diretamente ligadas ao assunto, sem contar com a presença de nutricionista a quem competirá elaborar os cardápios dos programas de alimentação.

A par disso, com a aprovação do Projeto, poderá o Município contar com a assistência técnica da União e do Estado na área de alimentação e nutrição, bem como na aplicação dos recursos financeiros recebidos.

Por se tratar de assunto de grande relevância para o Município, solicito que sua apreciação se dê em regime de urgência, nos termos da Lei Orgânica do Município.

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
MD. Presidente da Câmara Municipal de
ITAPEVI - SP

RECEBEMOS

29 / 04 / 96

[Assinatura]
SECRETARIA

1 - LEI Nº 8.913, DE 12 DE JULHO DE 1994 ⁽¹⁾

Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os recursos consignados no orçamento da União, destinados a programas de alimentação escolar em estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental, serão repassados, em parcelas mensais, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 1º O montante dos recursos repassados a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município será diretamente proporcional ao número de matrículas nos sistemas de ensino por eles mantidas.

§ 2º Os recursos destinados a programas de alimentação escolar em estabelecimentos mantidos pela União poderão ser administrados pelos municípios em que esses estabelecimentos se encontram localizados.

Art. 2º Os recursos só serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham, em funcionamento, Conselhos de Alimentação Escolar, constituídos por representantes do órgão de administração da educação pública, dos professores, dos pais e alunos, de trabalhadores, podendo também incluir representantes de outros segmentos da sociedade local.

Art. 3º Cabe ao Conselho de Alimentação Escolar, entre outras, fiscalização e controle da aplicação dos recursos destinados a merenda escolar, e a elaboração de seu Regimento Interno.

Art. 4º A elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados e Municípios, através de nutricionista capacitado, será desenvolvida em acordo com o Conselho de Alimentação Escolar, e respeitará os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos in natura.

Art. 5º Na aquisição de insumos, serão priorizados os produtos de cada região, visando a redução dos custos.

Art. 6º A União e os Estados prestarão assistência técnica aos Municípios, em especial na área da pesquisa em alimentação e nutrição, elaboração de cardápios e na execução de programas relativos à aplicação de recursos de que trata esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO
Rubens Ricupero
Antonio José Barbosa

⁽¹⁾ Republicada por ter saído com incorreção no Diário Oficial da União de 13 de julho de 1994. (Mensagem nº 18/94, da Câmara dos Deputados).

2 - INFORMAÇÕES SOBRE O FINANCIAMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A alimentação escolar é financiada com recursos da União, oriundos da Seguridade Social, para a aquisição, exclusivamente, de gêneros alimentícios.

É de responsabilidade dos estados e municípios os custos operacionais do Programa.

Os recursos a serem transferidos para os estados e municípios tem como base de cálculo a seguinte fórmula:

$$VR = A \times D \times C$$

Onde:

VR = valor do repasse

A = número de alunos

D = número de dias de atendimento

C = custo per capita estimado da refeição

O número de alunos considerado pela FAE é o constante do cadastro do MEC. A atualização deve ser feita junto à Secretaria Estadual de Educação, que por sua vez deve informar ao Setor de Estatística do MEC.

O número de dias de atendimento é o correspondente aos dias letivos no ano, podendo variar de 180 a 200 dias.

O custo per capita da refeição em setembro de 1.994 é de R\$0,13 (treze centavos de real).

Para efeito de transferência de recursos financeiros a atualização deste custo será pelo índice específico para o setor de gêneros alimentícios, a ser definido pelo Governo Federal.

3 - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA

O município deverá encaminhar à FAE a seguinte documentação:

3.1 - Proposta, conforme modelo pag 09;

3.2 - Declaração de concordância da Secretaria Estadual de Educação, no atendimento pelo município a rede estadual, ver modelo pag 15;

3.3 - Certidão Negativa de Débito para com o I.N.S.S., conforme instruções pag 16;

3.4 - Certificado de Regularidade Social perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - F.G.T.S., conforme instruções pag 16;

3.5 - Declaração que inexistirá qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 019, de 22 abril de 1996

Cria o Conselho Municipal de Merenda Escolar e dá outras providências.

A COMISSÃO DE Nº 01
Sala das sessões Nº 02
30/04/1996
Presidente

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do
Município de Itapevi.

APROVADO em 1ª Discussão
Sala das sessões 30/04/1996
Presidente

Faz saber que a Câmara Municipal de Itapevi
aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte
Lei:

APROVADO em 2ª Discussão
Sala das sessões 30/04/1996
Presidente

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de
Merenda Escolar, a quem compete, entre outras, a fiscalização e controle de
aplicação de recursos destinados à merenda escolar e a elaboração de seu
Regimento Interno.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Merenda
Escolar será composto por 08 (oito) membros efetivos e 08 (oito) membros
suplentes, escolhidos da seguinte forma:

I - um representante da Câmara Municipal, indicado
pela Presidência da Mesa;

II - um supervisor de Ensino do Município;

III - um supervisor de merenda escolar do Município;

IV - um Diretor de E.E.P.S.Grau, indicado pelo
Delegado de Ensino;

V - um Professor indicado pelos Diretores de Escola
do Município;

VI - um Professor de pré-escola municipal;

VII - um representante da Associação de Pais e
Amigos dos Excepcionais do Município;

VIII - um representante dos Sindicatos dos
Trabalhadores, por eles indicado

Parágrafo único - Deverão ser indicados, juntamente
com os membros efetivos, seus respectivos suplentes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 3º - Os membros da Comissão Municipal de Merenda Escolar não serão remunerados e seus serviços serão considerados relevantes à preservação da alimentação escolar.

Artigo 4º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Merenda Escolar será de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Artigo 5º - Os membros indicados para compor o Conselho Municipal de Merenda Escolar serão empossados por Decreto do Executivo.

Artigo 6º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, em 22 de abril de 1996



JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI
Nº 019/96.

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada há que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável, eis
que visa criar o Conselho Municipal de Merenda Escolar, que terá por
finalidade o controle de aplicação de recursos destinados à merenda escolar e
elaboração de seu regimento.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer
favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação
do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 29
de abril de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL RONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI
Nº 019/96.

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada há que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável, eis
que visa criar o Conselho Municipal de Merenda Escolar, que terá por
finalidade o controle de aplicação de recursos destinados à merenda escolar e
elaboração de seu regimento.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer
favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação
do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 29
de abril de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL RONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

AUTÓGRAFO Nº 19, de 02 maio de 1996

(Projeto de Lei nº 19/96)

Cria o Conselho Municipal de Merenda Escolar e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itapevi, usando das atribuições que lhe são conferidas aprova a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Merenda Escolar, a quem compete, entre outras, a fiscalização e controle de aplicação de recursos destinados à merenda escolar e a elaboração de seu Regimento Interno.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Merenda Escolar será composto por 08 (oito) membros efetivos e 08 (oito) membros suplentes, escolhidos da seguinte forma:

- I - um representante da Câmara Municipal, indicado pela Presidência da Mesa;**
- II - um supervisor de Ensino do Município;**
- III - um supervisor de merenda escolar do Município;**
- IV - um Diretor de E.E.P.S.Grau, indicado pelo Delegado de Ensino;**
- V - um Professor indicado pelos Diretores de Escola do Município;**
- VI - um Professor de pré-escola municipal;**
- VII - um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município;**
- VIII - um representante dos Sindicatos dos Trabalhadores, por eles indicado**

Parágrafo único - Deverão ser indicados, juntamente com os membros efetivos, seus respectivos suplentes.

Artigo 3º - Os membros da Comissão Municipal de Merenda Escolar não serão remunerados e seus serviços serão considerados relevantes à preservação da alimentação escolar.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Artigo 4º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Merenda Escolar será de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Artigo 5º - Os membros indicados para compor o Conselho Municipal de Merenda Escolar serão empossados por de Decreto do Executivo.

Artigo 6º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapevi, em 02 de maio de 1996.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


SERGIO MONTANHEIRO
1º Secretário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA — ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.313, de 02 maio de 1996

Cria o Conselho Municipal de Merenda Escolar e dá outras providências.

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do
Município de Itapevi.

Faz saber que a Câmara Municipal de Itapevi
aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte
Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de
Merenda Escolar, a quem compete, entre outras, a fiscalização e controle de
aplicação de recursos destinados à merenda escolar e a elaboração de seu
Regimento Interno.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Merenda Escolar
será composto por 08 (oito) membros efetivos e 08 (oito) membros suplentes,
escolhidos da seguinte forma:

I - um representante da Câmara Municipal, indicado
pela Presidência da Mesa;

II - um supervisor de Ensino do Município;

III - um supervisor de merenda escolar do Município;

IV - um Diretor de E.E.P.S.Grau, indicado pelo
Delegado de Ensino;

V - um Professor indicado pelos Diretores de Escola
do Município;

VI - um Professor de pré-escola municipal;

VII - um representante da Associação de Pais e
Amigos dos Excepcionais do Município;

VIII - um representante dos Sindicatos dos
Trabalhadores, por eles indicado

Parágrafo único - Deverão ser indicados, juntamente
com os membros efetivos, seus respectivos suplentes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA — ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 3º - Os membros da Comissão Municipal de Merenda Escolar não serão remunerados e seus serviços serão considerados relevantes à preservação da alimentação escolar.

Artigo 4º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Merenda Escolar será de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Artigo 5º - Os membros indicados para compor o Conselho Municipal de Merenda Escolar serão empossados por Decreto do Executivo.

Artigo 6º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Itapevi, em 02 de maio de 1996.



JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 02 de maio de 1996.



ANTÔNIO FRANCISCO DE MELO
Secretário de Governo